

**REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 7.832 - DF (2019/0189189-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : LUCIA MARIA DE SENA COSTA  
**REQUERENTE** : MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C  
**ADVOGADO** : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E OUTRO(S) -  
DF016362  
**REQUERIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 6864/DF (2007/0164428-0), expedida em favor de LÚCIA MARIA DE SENA COSTA e MOTA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, este beneficiário de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimados acerca da regularidade formal, a parte requerida se manifestou favoravelmente. O Ministério Público Federal manifestou-se pugnando pela reiteração da intimação do requerido.

É o relatório. Decido.

Ao que se observa dos autos, houve manifestação favorável do requerido (fls. 12-13). Assim, **determino o pagamento** desta requisição condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente